



ENTREVISTAS



A interface entre Gênero e Direito

Entrevista com Alda Facio

Salete Maria da SILVA, *Universidade Federal da Bahia*

Sônia Jay WRIGHT, *Universidade Federal da Bahia*

Enézio de Deus SILVA JÚNIOR, *Secretaria de Educação do Estado da Bahia*



(((AUDIODESCRIÇÃO)))

#PraCegoVer: Registro fotográfico realizado durante a presença de Alda Facio na UFBA, em 12 de setembro de 2016, como participante do Conversatório intitulado “Direitos Humanos das Mulheres: que história é essa?”, proposto pelas docentes Salete Maria e Sonia Wright, coordenadoras do então coletivo JUSFEMINA.



No dia 13 de setembro de 2016, em Salvador, Bahia, mais precisamente na residência da professora Sonia Jay, onde a jurista Alda Facio esteve hospedada, três integrantes do grupo de pesquisa Jusfemina realizaram a presente entrevista, cujo conteúdo versa, dentre outros assuntos, sobre a interface entre gênero e direito e a trajetória da jurista feminista Alda Facio. Ao longo do diálogo, que durou cerca de uma hora, e foi gravado para posterior transcrição e tradução, buscou-se registrar sua contribuição para o feminismo jurídico latino americano e o papel das feministas na transformação do mundo jurídico, conforme passamos a expor.

Jusfemina: Você é uma referência para a América Latina e também para outras partes do mundo, quando o assunto é “Pensamento Jurídico Feminista”. Conte-nos sobre quando, como e com a ajuda de quem você se deu conta da intrínseca relação entre gênero e Direito.

Alda Facio: Eu trabalhei na Itália e depois em Genebra, na embaixada da Costa Rica e nas Nações Unidas, respectivamente, durante uns anos, na década de 1970. Neste período, eu já era feminista e me dei conta do papel do Direito na manutenção ou transformação da realidade social. Voltando ao meu país, a Costa Rica, ingressei na Faculdade de Direito, em finais da década de 1970 e início da década de 1980. Nesta época eu estava interessada em conhecer o Estado e o discurso jurídico sobre o Estado, com vistas a desconstruí-lo desde dentro. Mas eu não sabia que tanto o Estado quanto o direito eram tão poderosos, seja para construir ou destruir direitos, pois tanto as esquerdas como os feminismos os haviam relegado a segundo plano, durante muito tempo. Naquela época, como acontece ainda hoje em muitas faculdades de Direito pelo mundo afora, não havia classes ou docentes interessados em discutir direitos humanos das mulheres. Muito ao contrário, nem mesmo a temática dos direitos humanos era tida como um objeto de reflexão para os juristas. Imaginava-se que filósofos e cientistas sociais é que deveriam se ocupar destas questões, mas juristas não. Como falei, eu já era feminista e o trabalho na ONU me permitiu ver que o direito, enquanto regra de organização da vida em sociedade, tanto pode ser utilizado para manter o status quo como para transformar as relações sociais. Mas o alcance da interface entre gênero e direito propriamente dita, isto é, focando em suas contradições, correlações e em seu potencial transformador, eu só pude perceber com mais clareza, e me debruçando sobre isto, uns anos após me formar, quando passei a trabalhar num



projeto que solicitava análises de leis e jurisprudências com enfoque de gênero, em El Salvador. Foi aí que me dei conta da correlação entre gênero e direito e todas suas contradições. Foi sobretudo durante a convivência com uma antropóloga brasileira-panamenha, chamada Mireya Soares, nos anos de 1982/83, que estas questões se tornaram ainda mais evidentes para mim. Posteriormente, já em diálogo com uma jurista estadunidense, Rhonda Copelon, pude perceber que eu já vinha desenvolvendo uma metodologia de análise de gênero do fenômeno legal, da qual não me dei conta. Portanto, foram estas duas mulheres, excelentes profissionais, quem mais contribuíram para a minha compreensão do direito e para as possibilidades de diálogo entre feminismo e ciência jurídica, mas eu ainda estava engatinhando, tateando estas questões. Em El Salvador, a gente desenvolvia uma proposta conjunta de incorporação da perspectiva de gênero nas ações estatais, a convite da ONU. Como feminista, eu refletia sobre os direitos das mulheres, sobre o androcentrismo das regras jurídicas, mas foi no diálogo permanente com Mireya e com outras companheiras que fui perceber questões que eu não via anteriormente, em virtude da minha formação jurídica. Posso dizer que já identificava a exclusão das mulheres ao fazer análise de leis e jurisprudência, mas eu não tinha consciência de que eu estava costurando uma metodologia para isto. Foram elas (Rhonda e Mireya) que me ajudaram a perceber isto, elas foram responsáveis por me estimular e me dar elementos, inclusive teóricos-metodológicos, para eu organizar a primeira versão da minha metodologia. Outras tantas companheiras também me ajudaram, com sugestões, críticas, etc.

Jusfemina: Mas quando, exatamente, você começou a desenvolver a sua “Metodologia para análise de gênero no fenômeno jurídico”?

Alda Facio: Como eu disse, eu ia fazendo meu trabalho de análise de leis e jurisprudência com base em minha experiência, em minha intuição, nos meus conhecimentos jurídicos construídos desde o direito e desde o feminismo, mas não sistematizava esse conhecimento, não desenvolvia uma pesquisa com método, etc. Na verdade, eu não estava tão apaixonada pelo Direito durante a faculdade e, em virtude de tudo que se passa nos cursos jurídicos e como nós feministas nos sentimos, eu nem sempre estava tão focada. Então, no período em que passei a trabalhar auxiliando na tarefa de incorporação do enfoque de gênero nas ações do Estado, em El Salvador, fui construído um passo a



passo, uma, digamos, metodologia, mas faço questão de dizer que ela é fruto de muitos esforços coletivos, como bem destaque no livro, pois muitas mulheres com as quais trabalhei, dentre elas ativistas e juristas identificadas com o feminismo, me ajudaram, aportando críticas e sugestões que eu fui incorporando e até hoje ainda está aberta a críticas e aprimoramentos. Como você mesma viu, Salete, quando teve a oportunidade de levantar alguns debates sobre isto no curso que ministrei em Cuba em 2008, se lembra?

Jusfemina: Você é uma feminista transnacional. Dialoga com grupos de mulheres de variados espectros territoriais, sociais e culturais. Está sempre falando para camponesas, gestoras, juristas, ativistas e representantes de países na ONU. Como se percebe neste contexto, como encara as diferenças entre as próprias mulheres e os feminismos, o multiculturalismo e as diversas abordagens que o campo jurídico pode aportar?

Alda Facio: Desde pequena tive a oportunidade de transitar de um lugar para outro, de mudar e estudar em diferentes escolas, de viver em diversos lugares, com meu pai, com minha mãe, com minhas tias. Indo para as casas de uns e de outros, em distintos lugares. E desde então fui aprendendo que as regras mudam de um lugar para outro, pois existem diferenças no modo como as pessoas veem o mundo e como se organizam, disciplinam suas vidas, suas relações. Percebi que é importante questionar as regras, sobretudo as injustas, mas que também é necessário conviver com elas. Por outro lado, a diversidade cultural sempre me encantou, sempre me despertou curiosidade. Fui percebendo que, nos diversos lugares do mundo, os grupos compartilham modos de vidas, ora com aspectos comuns e ora com aspectos diferentes. Vi que as mulheres aprendem isto e que muitas lutam por manter alguns valores e costumes, mas também para modificar outros. Os feminismos contribuem historicamente para isto. O diálogo internacional vai nos ensinando muitas coisas, nos abrindo muitas janelas de pensamento e nos exigindo capacidade de compreensão da realidade e respeito para com as distintas vozes. É verdade que tenho dialogado com mulheres de diferentes espaços sociais e com elas tenho aprendido bastante, sejam ativistas, autoridades, gestoras ou estudiosas das questões de gênero. A gente sabe que o olhar e o diálogo interdisciplinar e multicultural nos dá condições de compreender as realidades distintas, diversas, complexas, mas também nos ajuda a perceber as limitações e potencialidades de discursos, narrativas e práticas, especialmente aquelas relacionadas à



manutenção ou transformação das relações sociais pautadas em processos de inferiorização das mulheres. Neste contexto, o direito, e em especial o direito internacional dos direitos humanos, com enfoque de gênero, permite muitas reflexões, assim como os movimentos feministas que se articulam em redes e visam construir um mundo mais justo e igualitário em termos de relações de gênero. Em muitos lugares ouvi dizer que o feminismo era para mulheres de classe média, mas a experiência, a vivência e as viagens me fizeram perceber como as mulheres populares percebem suas múltiplas opressões e constroem feminismos potentes e socialmente transformadores. E para isto, os documentos internacionais jogam um importante papel, através das declarações, convenções, protocolos e recomendações.

Jusfemina: Você é uma das maiores entusiastas da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 1979. Você a considera potente a ponto de contribuir para as lutas das mulheres populares e diversas?

Alda Facio: Costumo dizer que a CEDAW é a Carta internacional das mulheres. Trata-se do primeiro documento a inscrever as demandas das mulheres em nível mundial. Ela foi produzida num contexto em que diversos feminismos estavam em franca ascensão nos EUA, nas Américas e outros espaços do mundo. Como fruto da I Primeira Conferência Mundial da Mulher, no México, esta Carta segue desconhecida de muitos estudiosos do direito, embora seja cada vez mais apropriada por ativistas, especialmente por mulheres camponesas da América Latina. Não resta dúvida de que a CEDAW nos dá elementos para o monitoramento das ações dos Estados membros da ONU, mas não é só isso, ela nos permite verificar que não é de hoje que as mulheres lutam contra toda e qualquer forma de discriminação, da qual surgem as diversas formas de violência que geram obstáculos ao exercício e a ampliação da cidadania feminina. Tenho dado cursos sobre a CEDAW e tenho publicado sobre a mesma, e cada vez mais percebo o potencial que ela tem para a construção da igualdade de gênero. Seu conhecimento e sua apropriação pelos mais variados grupos de mulheres, especialmente as mulheres populares e diversas dos continentes americanos, africanos e asiáticos, contribui para o aprimoramento das conquistas auferidas em face do Estado, bem como para a elaboração de novas demandas frente à sociedade e às instâncias internacionais. Além disto, fortalece processos de empoderamento, pois envolve discussões acerca da relação entre



sociedade civil e Estado, isto é, entre movimentos feministas e as políticas públicas de igualdade de gênero e não-discriminatórias. Para vocês terem uma ideia, atualmente, em Honduras as mulheres camponesas, até mesmo as que não sabem ler, conhecem a CEDAW e estão discutindo a potência desta Carta, e isto há alguns anos era impensável, isso não acontecia. Ademais, este documento está traduzido em muitos idiomas e os feminismos fazem amplo uso da CEDAW, ainda que os cursos jurídicos a ignorem, quem atua no Sistema Internacional de Direitos Humanos não pode mais ignorá-la. Ainda sobre a CEDAW, há recomendações gerais muito importantes elaboradas pela ONU, como, por exemplo, a recomendação geral sobre mulheres rurais. Trata-se de um documento fantástico, doutrinariamente é o melhor que a ONU já produziu até hoje. É a primeira vez que um documento internacional fala de soberania alimentar, isto nem sequer está assentado no discurso de direitos humanos. São coisas que as mulheres organizadas tem conseguido nas Conferências Mundiais, pois já que nem sempre suas demandas são lidas ou consideradas, vamos colocando nestes documentos suas reivindicações e isto vai se convertendo em obrigações para os Estados. Eu quero divulgar muito esta recomendação, quero fazer uma cartilha explicando o que este documento está falando, sobretudo para as camponesas. Estes documentos são recomendações para os Estados partes, e estão dizendo quais são as obrigações do Estado. E se o Estado tem obrigação, obviamente nós passamos a ter direitos.

Jusfemina: Você já desenvolveu muitos trabalhos para a ONU, como consultora, como relatora especial, etc. Mesmo assim você tem sido crítica de muitas questões relacionadas com esta esfera da política internacional. Como você encara as contradições que a ONU representa e em que medida é possível extrair dela avanços em termos de direitos das mulheres?

Alda Facio: A ONU é uma organização gigantesca e tem partes de seus sistemas que são realmente problemáticas e até questionáveis ética e politicamente, como vocês tem acompanhado, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário, o Conselho de Segurança, com os quais eu não compartilho absolutamente nada, dentre outros. Mas há partes do seus sistemas que não são maravilhas, mas são interessantes no sentido de contribuir com os avanços sociais nos diversos países, como o Conselho de Direitos Humanos, por exemplo, e como as Relatorias Especiais, como a que eu estou agora, que aportam questões importantes



sobre direitos humanos, violência, igualdade de gênero, etc. Na ONU há muita gente comprometida, que deseja uma transformação na sociedade. E embora a própria ONU não tenha transversalizado a perspectiva de gênero em todas as suas instâncias, há nichos onde se constroem muitas coisas interessantes, onde se discutem muitas questões caras aos movimentos sociais mais críticos, e que vão se incorporando ao Sistema Internacional de Direitos Humanos, sempre em diálogos com os movimentos, com as organizações, com as redes internacionais. Por tudo isso, há lutas internas e há Estados que tentam frear as conquistas, pois se eles pudessem nós não estaríamos ali e não deveríamos discutir igualdade de gênero naquele espaço, por exemplo. Mas há que aproveitar, há que aproveitar o discurso internacional, as conferências, os documentos, etc, há que buscar visibilizar as lutas e garantir conquistas em âmbito internacional, isso acaba influenciando os Estados parte, isso acaba refletindo na realidade social dos variados países, nos diversos continentes.

Jusfemina: Você está com 68 anos, já escreveu diversos livros, já colaborou com importantes obras, ministrou diversos cursos, atuou em diversas frentes formando e capacitando pessoas para a construção de um mundo com igualdade de gênero. Como avalia sua trajetória e sua contribuição para o feminismo jurídico, mormente o latino americano? O que ainda não fez e o que gostaria de fazer?

Alda Facio: Às vezes não me dou conta de que já estou velhinha, com sessenta e poucos anos, outras vezes sim, me dou conta, é inevitável (risos). Sou muito agradecida à vida por tudo, dedico minha existência ao que acredito. Viver é um lindo presente. Viver acreditando que as mulheres e suas lutas podem mudar o mundo, que podemos transformar a realidade, ainda que com pequenos passos de cada vez, é algo que nos alenta, nos anima. Sim, eu tenho dado uma modesta contribuição, realizando estas coisas que vocês mencionaram anteriormente, e me dá satisfação fazer algo para ver o avanço das mulheres, a concretização de sonhos coletivos, enfim. Sigo ministrando cursos, embora com menos frequência, pois as viagens já me cansam um pouco. Tenho consciência de que fizemos algumas coisas muito positivas com a ajuda de muitas mulheres maravilhosas ao redor do mundo. Na América Latina, onde muito participo, tenho visto muitas organizações fazendo ações magníficas, desenvolvendo novas práticas, derrubando leis discriminatórias e construindo normas jurídicas mais igualitárias, que reconhecem as mulheres como sujeito de direitos, etc. Mas tenho



observado a luta das mulheres para evitar que retrocessos aconteçam em seus direitos, inclusive aqui no Brasil, não é verdade? Com relação ao que eu gostaria de fazer? Bom eu gostaria de escrever mais, de chegar a mais gente, mais longe, fazer um programa de rádio, por exemplo, pois eu gosto muito do rádio, muito mais do que da televisão. E com a internet é possível escutar em qualquer lugar do mundo. Eu sempre penso isso, em ter uma conexão com mulheres de diferentes partes através do rádio...são tantas coisas (risos).

Jusfemina: Você veio ao Brasil, especialmente à Bahia, para participar do 13^o Fórum Internacional da AWID (Association for Women's Rights in Development), ocorrido em Costa do Sauípe, entre os dias 8 a 11 de setembro. Como foi sua participação neste evento e o que você percebeu de novo nos debates feministas travados neste espaço?

Alda Facio: Vim falar um pouco sobre os direitos das mulheres, sobre a CEDAW, sobre as relatorias da ONU, sobre o direito e sua interface com o gênero, vim compartilhar, trocar, aprender. Sinto que há muito mais discurso pela inclusão e sobre as diferenças, e isto é muito bom. Mas sinto falta de que falem entre si e não apenas só do seu lugar. Mas pelo menos há uma energia de querer mais inclusão, muita gente está consciente de que há diversidade no mundo. Há muitas pessoas que compreendem a diversidade de forma crítica também, mas as vezes falta disposição para admitir os privilégios de suas diversidades, porque há privilégios sim nas diversidades. Há pessoas negras e trans que não sofrem de deficiência, por exemplo, que não são analfabetas, etc. E tudo depende de uma negociação para lograr a inclusão verdadeira, efetiva. Temos que refletir mais sobre a situação das pessoas trans, mas é preciso abrir o diálogo e evitar acusações, como por exemplo de que as mulheres cis reforçam o binarismo o tempo inteiro, é preciso perceber também que o binarismo está presente no discurso transgênero e em algumas práticas também. O debate sobre a prostituição é outra discussão muito forte, é algo que é preciso aprofundar, é preciso perceber sua relação com o mercado, com o capital. O trabalho sexual põe em discussão muitas questões caras aos feminismos. É um ponto crítico e requer tempo e disposição para evitar cair em armadilhas que não ajudam na efetiva emancipação das mulheres. Insisto na questão do diálogo porque é construir coletivamente um mundo melhor. Mas eu vejo que há uma vontade de querer a inclusão e essa vontade é muito forte. Muitas falam mas poucas estão dispostas a dialogar com franqueza, a negociar, a construir pontes. Como disse, muitas entendem que no contexto das



diversidades tem discriminações e tem privilégios. E isto já orienta um bom debate.

Jusfemina: O que você está produzindo atualmente, em termos teóricos e metodológicos?

Alda Facio: Por conta das atribuições da relatoria da ONU, eu estou muito sem tempo para novas produções. Mas estou sempre investigando, ouvindo, observando, pensando, sobretudo acerca do alcance do direito internacional dos direitos humanos, pois é um campo que abarca muitas questões, tem muitos eixos e muitas tensões também. Mas, como disse, por conta das minhas responsabilidades, sobretudo com as viagens, com as visitas in loco nos diversos países que nos convocam, sou obrigada a me debruçar sobre o que estou fazendo e contribuir para que os relatórios sejam mais consistentes, mais bem fundamentados, porque sei da importância disto para o avanço das lutas em prol dos direitos humanos das mulheres. E sei que estamos num espaço imprescindível para o diálogo com os feminismos transnacionais, e para o registro e reconhecimento das demandas e das boas práticas regionais e locais, enfim. Essa presidência na relatoria especial toma muito tempo e embora sejamos cinco, há vários temas a serem tratados, sobre tortura, violência, etc. Recebemos queixas de pessoas, de grupos de mulheres que sentem que seus direitos estão sendo violados em todo o mundo. E não podemos responder ou acompanhar todas as queixas, pois não temos tempo nem staff. É um trabalho com pouco apoio, mas é muito satisfatório. A ONU cobre as visitas oficiais, a gente se reúne com a sociedade civil. No Chile, por exemplo, fomos dialogar com as mulheres que trabalham fazendo a limpeza pública e estão envolvidas com projetos de sustentabilidade. São mulheres maravilhosas. Elas fazem oficinas de formação, oficinas sobre seus direitos, etc. E produzem muitos utensílios e os vendem a preços acessíveis nas comunidades. Elas não somente contribuem com a coleta de lixo, mas com a produção de bens sem agressão ao meio ambiente. Elas se queixam da ausência de proteção estatal, pois o Estado não lhes oferece sequer luvas para proteger os dedos, para garantir sua saúde. Ademais, meu primeiro mandato termina em breve, mas já fui convidada a ficar por mais três anos, isto é, há uma recondução. É um trabalho duro e não é remunerado, e a gente luta para que mais candidaturas feministas se apresentem...O presidente do Conselho de Direitos Humanos é quem elege, digo, quem indica, e se nenhum Estado impugnar, então ele



nomeia. O meu atual mandato foi muito encorajado pelo México e pela Colômbia, pois foram estes dois países que propuseram este mecanismo dentro das Nações Unidas. Eis porque tenho viajando muito para prestar conta do nosso trabalho e honrar a confiança.

Jusfemina: Sua presença em nossa Universidade muito nos honra. E somos muito gratas pela oportunidade de ter oferecido um conversatório com tua presença para que os discentes da UFBA em geral e do Bacharelado em Gênero e Diversidade, em particular, pudessem te ouvir, presencialmente. Por isso, gostaríamos de agradecer imensamente e, para finalizar, saber o que você considera importante fazer em termos acadêmicos visando ampliar a perspectiva dos estudantes de um modo geral e dos estudantes de direito em particular?

Alda Facio: Quero agradecer muitíssimo a vocês pela oportunidade. Especialmente a Salete e Sonia, amigas queridas, pela receptividade. E ao professor Enézio, que conheci nesta ocasião. Desejo que sigam contribuindo, dentro de suas possibilidades, para o avanço dos direitos das mulheres no Brasil, fortalecendo os campos da política e do direito, em particular, com pesquisas, com projetos e com iniciativas dialógicas dentro e fora da Universidade. É uma honra para mim estar aqui em Salvador e ter ido a Universidade Federal da Bahia, colaborando com esse lindo projeto que vocês estão construindo em conjunto com as e os estudantes. Registro meus mais sinceros agradecimentos. Sobre o mundo acadêmico, eu considero que se trata de um espaço que pode contribuir muitíssimo com a luta das mulheres, a começar pela mudança de consciências que pode levar à transformação das relações de gênero, dentro e fora das IES. Tudo isso pode se dar através da construção de conhecimentos e de diálogos abertos com outras instituições e movimentos que se dediquem ao mesmo propósito. Incorporar a perspectiva de gênero aos estudos desenvolvidos dentro das escolas e Universidades é uma tarefa pendente em muitos lugares do mundo. E o esforço que cada docente ou grupo de pesquisa fizer neste sentido sempre deve ser louvado. No que concerne aos estudiosos do Direito e aos trabalhadores da Justiça, vale dizer que há um razoável número de obras com enfoque de gênero que pode contribuir para uma efetiva transformação das práticas hierárquicas e androcêntricas tão comum nesse meio, mas é preciso começar fazendo a lição de casa, isto é, a autorreflexão, visando se perceber enquanto sujeito marcado pelo gênero e enquanto ser humano capaz de produzir mudanças. A construção desta consciência, aliada a um comprometimento com o estudo crítico do seu



campo de estudo e de atuação, fortalecida com análises da realidade social e proposições de mudanças na prática do direito, pode ser um bom caminho que levará a uma nova forma de fazer ciência e de se aplicar leis e jurisprudência, com vistas à igualdade de gênero. Obviamente que não há receitas prontas, e os feminismos não buscam oferecer isto, mas há caminhos e experiências, há boas práticas que podem servir de inspiração; e cada sociedade, cada Estado e cada instituição vai se conhecendo e construindo seus objetivos, ouvindo sempre as mulheres, cujas vozes deverão sempre ser respeitadas e consideradas, por uma questão de justiça, de justiça histórica.

Apoio:

